



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) n.º 12/2020.**  
**(Processo Administrativo n.º 23381.008938.2020-98)**

**1. DO OBJETO**

1.1. Aquisição de água mineral, embalagem para água mineral e gás de cozinha (GLP) em botijão de 13 kg e de 45 kg, para atender às necessidades das unidades administrativas e acadêmicas do IFPB, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

| ITEM | DESCRIÇÃO  | UNIDADE          | CATMAT | Valor Unitário Máximo Aceitável (R\$) | UASG - Município/UF de Entrega - Quantidade       |                  |      | Valor Total Máximo Aceitável (R\$) |
|------|--|------------------|--------|---------------------------------------|---|------------------|------|------------------------------------|
| 1    | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L | 445485 | R\$ 6,47                              | 158138 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | João Pessoa - PB | 4040 | <b>R\$ 26.138,80</b>               |
| 2    | Embalagem plástica para água mineral e ou potável de mesa, com capacidade de 20L - garrafão retornável, novo (sem uso) conforme os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 14222:2013. | Unidade          | 68721  | R\$ 14,50                             | 158138 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | João Pessoa - PB | 240  | <b>R\$ 3.480,00</b>                |
| 3    | Gás Liquefeito de Petróleo GLP, composição básica propano e butano, gás de cozinha, 13 kg Botijão 13 quilogramas.  | Botijão de 13 Kg | 461652 | R\$ 91,00                             | 158138 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | João Pessoa - PB | 26   | <b>R\$ 2.366,00</b>                |
| 4    | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L | 445485 | R\$ 6,17                              | 158138 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | Soledade - PB    | 180  | <b>R\$ 1.110,60</b>                |



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**  
**Pró-Reitoria de Administração e Finanças**

|    |  |                  |        |           |   |                     |     |                     |
|----|--|------------------|--------|-----------|---|---------------------|-----|---------------------|
| 5  | Embalagem plástica para água mineral e ou potável de mesa, com capacidade de 20L - garrafão retornável, novo (sem uso) conforme os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 14222:2013. | Unidade          | 68721  | R\$ 10,83 | 158138 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | Soledade - PB       | 20  | <b>R\$ 216,60</b>   |
| 6  | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L | 445485 | R\$ 4,83  | 158138 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | Areia - PB          | 520 | <b>R\$ 2.511,60</b> |
| 7  | Embalagem plástica para água mineral e ou potável de mesa, com capacidade de 20L - garrafão retornável, novo (sem uso) conforme os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 14222:2013. | Unidade          | 68721  | R\$ 12,00 | 158138 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | Areia - PB          | 30  | <b>R\$ 360,00</b>   |
| 8  | Gás Liquefeito de Petróleo GLP, composição básica propano e butano, gás de cozinha, 13 kg Botijão 13 quilogramas.  | Botijão de 13 Kg | 461652 | R\$ 74,67 | 158138 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | Areia - PB          | 50  | <b>R\$ 3.733,50</b> |
| 9  | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L | 445485 | R\$ 5,00  | 158138 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | Pedras de Fogo - PB | 180 | <b>R\$ 900,00</b>   |
| 10 | Embalagem plástica para água mineral e ou potável de mesa, com capacidade de 20L - garrafão retornável, novo (sem uso) conforme os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 14222:2013. | Unidade          | 68721  | R\$ 12,00 | 158138 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | Pedras de Fogo - PB | 10  | <b>R\$ 120,00</b>   |
| 11 | Gás Liquefeito de Petróleo GLP, composição básica propano e butano, gás de cozinha, 13 kg Botijão 13 quilogramas.  | Botijão de 13 Kg | 461652 | R\$ 78,33 | 158138 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA | Pedras de Fogo - PB | 20  | <b>R\$ 1.566,60</b> |



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

|    |  |                  |        |           |  |                      |      |                      |
|----|--|------------------|--------|-----------|--|----------------------|------|----------------------|
| 12 | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L | 445485 | R\$ 7,12  | 158281 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS CAMPINA GRANDE | Esperença - PB       | 1500 | <b>R\$ 10.680,00</b> |
| 13 | Embalagem plástica para água mineral e ou potável de mesa, com capacidade de 20L - garrafão retornável, novo (sem uso) conforme os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 14222:2013. | Unidade          | 68721  | R\$ 15,25 | 158281 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS CAMPINA GRANDE | Esperença - PB       | 100  | <b>R\$ 1.525,00</b>  |
| 14 | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L | 445485 | R\$ 6,53  | 158469 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOÃO PESSOA    | Itabaiana - PB       | 2000 | <b>R\$ 13.060,00</b> |
| 15 | Gás Liquefeito de Petróleo GLP, composição básica propano e butano, gás de cozinha, 13 kg Botijão 13 quilogramas.  | Botijão de 13 Kg | 461652 | R\$ 81,72 | 158469 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOÃO PESSOA    | Itabaiana - PB       | 4    | <b>R\$ 326,88</b>    |
| 16 | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L | 445485 | R\$ 10,00 | 158470 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PATOS          | Santa Luzia - PB     | 1200 | <b>R\$ 12.000,00</b> |
| 17 | Embalagem plástica para água mineral e ou potável de mesa, com capacidade de 20L - garrafão retornável, novo (sem uso) conforme os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 14222:2013. | Unidade          | 68721  | R\$ 13,00 | 158470 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PATOS          | Santa Luzia - PB     | 30   | <b>R\$ 390,00</b>    |
| 18 | Gás Liquefeito de Petróleo GLP, composição básica propano e butano, gás de cozinha, 13 kg Botijão 13 quilogramas   | Botijão de 13 Kg | 461652 | R\$ 79,33 | 158470 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PATOS          | Santa Luzia - PB     | 12   | <b>R\$ 951,96</b>    |
| 19 | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L | 445485 | R\$ 6,26  | 158279 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS SOUSA          | Catolé do Rocha - PB | 3715 | <b>R\$ 23.255,90</b> |



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**  
**Pró-Reitoria de Administração e Finanças**

|    |  |                  |        |           |  |                      |      |                      |
|----|--|------------------|--------|-----------|--|----------------------|------|----------------------|
| 20 | Gás Liquefeito de Petróleo GLP, composição básica propano e butano, gás de cozinha, 13 kg Botijão 13 quilogramas.  | Botijão de 13 Kg | 461652 | R\$ 78,37 | 158279 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS SOUSA    | Catolé do Rocha - PB | 5    | <b>R\$ 391,85</b>    |
| 21 | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L | 445485 | R\$ 6,66  | 158470 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PATOS    | Patos - PB           | 720  | <b>R\$ 4.795,20</b>  |
| 22 | Embalagem plástica para água mineral e ou potável de mesa, com capacidade de 20L - garrafão retornável, novo (sem uso) conforme os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 14222:2013. | Unidade          | 68721  | R\$ 11,01 | 158470 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PATOS    | Patos - PB           | 30   | <b>R\$ 330,30</b>    |
| 23 | Gás Liquefeito de Petróleo GLP, composição básica propano e butano, gás de cozinha, 13 kg Botijão 13 quilogramas.  | Botijão de 13 Kg | 461652 | R\$ 79,67 | 158470 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PATOS    | Patos - PB           | 15   | <b>R\$ 1.195,05</b>  |
| 24 | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L | 445485 | R\$ 5,89  | 158470 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PATOS    | Princesa Isabel - PB | 2400 | <b>R\$ 14.136,00</b> |
| 25 | Embalagem plástica para água mineral e ou potável de mesa, com capacidade de 20L - garrafão retornável, novo (sem uso) conforme os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 14222:2013. | Unidade          | 68721  | R\$ 11,02 | 158470 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PATOS    | Princesa Isabel - PB | 50   | <b>R\$ 551,00</b>    |
| 26 | Gás Liquefeito de Petróleo GLP, composição básica propano e butano, gás de cozinha, 13 kg Botijão 13 quilogramas.  | Botijão de 13 Kg | 461652 | R\$ 71,73 | 158470 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS PATOS    | Princesa Isabel - PB | 5    | <b>R\$ 358,65</b>    |
| 27 | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L | 445485 | R\$ 6,83  | 158472 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS MONTEIRO | Monteiro - PB        | 5500 | <b>R\$ 37.565,00</b> |



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**  
**Pró-Reitoria de Administração e Finanças**

|    |  |                  |        |           |  |               |       |                      |
|----|--|------------------|--------|-----------|--|---------------|-------|----------------------|
| 28 | Gás Liquefeito de Petróleo GLP, composição básica propano e butano, gás de cozinha, 13 kg Botijão 13 quilogramas.  | Botijão de 13 Kg | 461652 | R\$ 73,33 | 158472 - INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS MONTEIRO | Monteiro - PB | 30    | <b>R\$ 2.199,90</b>  |
| 29 | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L | 445485 | R\$ 6,36  | 158473 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS PICUI    | Picui - PB    | 4000  | <b>R\$ 25.440,00</b> |
| 30 | Embalagem plástica para água mineral e ou potável de mesa, com capacidade de 20L - garrafão retornável, novo (sem uso) conforme os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 14222:2013. | Unidade          | 68721  | R\$ 17,37 | 158473 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS PICUI    | Picui - PB    | 300   | <b>R\$ 5.211,00</b>  |
| 31 | Gás Liquefeito de Petróleo GLP, composição básica propano e butano, gás de cozinha, 13 kg Botijão 13 quilogramas.  | Botijão de 13 Kg | 461652 | R\$ 89,75 | 158473 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS PICUI    | Picui - PB    | 40    | <b>R\$ 3.590,00</b>  |
| 32 | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L | 445485 | R\$ 6,26  | 158279 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS SOUSA    | Sousa - PB    | 10964 | <b>R\$ 68.634,64</b> |
| 33 | Embalagem plástica para água mineral e ou potável de mesa, com capacidade de 20L - garrafão retornável, novo (sem uso) conforme os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 14222:2013. | Unidade          | 68721  | R\$ 12,99 | 158279 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS SOUSA    | Sousa - PB    | 100   | <b>R\$ 1.299,00</b>  |



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**  
**Pró-Reitoria de Administração e Finanças**

|    |  |                   |        |            |   |                |      |                      |
|----|--|-------------------|--------|------------|---|----------------|------|----------------------|
| 34 | Gás Liquefeito de Petróleo GLP, composição básica propano e butano, gás de cozinha, 13 kg Botijão 13 quilogramas.  | Botijão de 13 Kg  | 461652 | R\$ 78,37  | 158279 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS SOUSA       | Sousa - PB     | 143  | <b>R\$ 11.206,91</b> |
| 35 | Gás Liquefeito de Petróleo GLP, composição básica propano e butano, gás de cozinha. Botijão de 45 Kg.  | Botijão de 45 Kg. | 461652 | R\$ 295,19 | 158279 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS SOUSA       | Sousa - PB     | 202  | <b>R\$ 59.628,38</b> |
| 36 | Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 litros.   | Garrafão 20,00 L  | 445485 | R\$ 6,04   | 158469 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOÃO PESSOA | Guarabira - PB | 3000 | <b>R\$ 18.120,00</b> |
| 37 | Embalagem plástica para água mineral e ou potável de mesa, com capacidade de 20L - garrafão retornável, novo (sem uso) conforme os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 14222:2013. | Unidade           | 68721  | R\$ 12,17  | 158469 - INST.FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOÃO PESSOA | Guarabira - PB | 150  | <b>R\$ 1.825,50</b>  |

## 1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

**1.2.1.** Água mineral natural e ou potável de mesa, sem gás, acondicionada em embalagem própria de 20 (vinte) litros, **deverá:**

1.2.1.1. ser envasada em garrafões de Policarbonato ou Polipropileno com capacidade de 20 (vinte) litros, transparentes, lacrados, retornáveis, devendo ser classificada como água mineral tradicional ou água potável de mesa, segundo o Código de Águas Minerais, dentro dos padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

1.2.1.2. ser entregue em vasilhames de 20 (vinte) litros, retornáveis, plenamente preenchidos, munidos de lacre de inviolabilidade intactos e ter validade mínima de 60 (sessenta) dias a partir da data de entrega.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

**1.2.2.** Embalagem plástica para água mineral e ou potável de mesa, com capacidade de 20 (vinte) litros - garrafão retornável, novo (sem uso) conforme os padrões estabelecidos pela ABNT NBR 14222:2013, **deverá:**

1.2.2.1. atender às exigências dos parâmetros estabelecidos nas Normas Técnicas NBR 14.222/2011, 14.328/2011 e 14.638/2011;

1.2.2.2. ser de material atóxico (policarbonato ou polipropileno transparente), próprios para o acondicionamento de água mineral, resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras, e/ou amassados, e/ou remendos e virem com tampa protetora e lacre de segurança para evitar contaminações externas;

1.2.2.3. Os garrafões devem apresentar rótulo-padrão registrado no Ministério da Saúde e aprovado pelo DNPM (Art. 29 do Decreto Lei n.º 7.841/1945).

**1.2.3.** Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) - envazado em botijão de 13 Kg, **deverá:**

1.2.3.1. ser certificado pelo INMETRO, conter lacre e rótulo de instruções;

1.2.3.2. recipiente transportável de aço (Botijão) para gás liquefeito de petróleo (GLP), com capacidade de 13 kg, fabricado conforme ABNT NBR 8460 - Recipiente Vazio, deverá ser fabricados conforme normas vigentes, inclusive com válvula de segurança, plugue-fusível, pintura anticorrosiva e estar livre de amassadas ou arranhões.

**1.2.4.** Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) - envazado em botijão de 45 Kg, **deverá:**

1.2.4.1. ser certificado pelo INMETRO, conter lacre e rótulo de instruções;

1.2.4.2. recipiente transportável de aço (Botijão) para gás liquefeito de petróleo (GLP), com capacidade de 45 kg, fabricado conforme ABNT NBR 8460 - Recipiente Vazio, deverá ser fabricados conforme normas vigentes, inclusive com válvula de segurança, plugue-fusível, pintura anticorrosiva e estar livre de amassadas ou arranhões.

1.3. *Omissis*<sup>1</sup>

1.4. *Omissis*<sup>2</sup>

1.5. *Omissis*<sup>3</sup>

1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura do termo de contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

<sup>1</sup> No caso em tela, a presente contratação não adotará a cotas reservadas para ME/EPP, visto que a licitação é exclusiva para ME/EPP, nos termos do art. 6º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

<sup>2</sup> No caso em tela, a presente contratação não adotará a cotas reservadas para ME/EPP, visto que a licitação é exclusiva para ME/EPP, nos termos do art. 6º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

<sup>3</sup> No caso em tela, a presente contratação não adotará a cotas reservadas para ME/EPP, visto que a licitação é exclusiva para ME/EPP, nos termos do art. 6º, do Decreto n. 8.538, de 2015.





**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**  
**Pró-Reitoria de Administração e Finanças**

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**

4.1. Os itens constantes do presente termo de referência estão classificados como materiais de uso comum em conformidade com o art. 1º caput e parágrafo único da Lei n.º 10.520 de 17 de julho de 2002.

4.2. O objeto é passível de SRP, adotado preferencialmente devido às características do objeto, que exige contratações frequentes (inciso I do art. 3º do Decreto n.º 7.892/13), motivada pelas demandas serem fracionadas ao longo do exercício financeiro (Acórdão 2401/2006, Plenário), que não justificam a emissão de empenho em sua totalidade financeira.

4.3. Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 3º do Decreto n.º 10.024/2019.

4.4. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba pretende contratar, com base na Lei n.º 10.520/02, no Decreto n.º 10.024/2019, na Lei n.º 8.666/93 e demais normas legais e regulamentares, pessoa jurídica para fornecimento do material pretendido.

## **5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 3 (três) dias, ou seja, 72 (setenta duas horas), contados da data solicitação do órgão Contratante, em remessa única, nos seguintes endereços:

| UASG   | UNIDADE         | ENDEREÇO   |
|--------|-----------------|--|
| 158138 | IFPB - REITORIA | <b>SEDE</b> - Av. João da Mata, 256 - Bairro Jaguaribe - João Pessoa-PB - CEP: 58.015-020.                         |
|        |                 | <b>PROEXC/PRAE</b> - Rua das Trincheiras, 275 – Bairro Centro - João Pessoa-PB - CEP: 58.013-120.                  |
|        |                 | <b>PRAF</b> - Av. Almirante Barroso, 1077 – Bairro Centro - João Pessoa-PB - CEP: 58013-120.                       |
|        |                 | <b>Campus Avançado Cabedelo Centro</b> – Rua Duque de Caxias, S/N - Bairro Centro - Cabedelo-PB - CEP: 58.100-263. |





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

|        |                               |   |
|--------|-------------------------------|---|
|        |                               | <b>Unidade Remota Lucena</b> – Acesso à Rodovia PB 019, S/N, Comunidade Nossa Senhora da Guia - Lucena-PB - CEP: 58.315-000.<br><b>Campus Avançado Mangabeira</b> - Rua Gutemberg Morais Paiva, 245 - Bairro Bancários - João Pessoa-PB - CEP: 58.051-025.<br><b>Campus Avançado Areia</b> - Rua Vigário Odilon, 152 - Bairro Centro - Areia-PB - CEP: 58.397-000.<br><b>Campus Avançado Soledade</b> - Rua José Chagas de Brito, S/N - Bairro Centro - Soledade-PB - CEP: 58.155-000.<br><b>Campus Avançado Pedras de Fogo</b> - Rua Primeiro de Maio, S/N, Bairro Centro - Pedras de Fogo-PB - CEP: 58.328-000. |
| 154868 | IFPB - CAMPUS GUARABIRA       | Rua Professor Carlos Leonardo Arcoverde, s/n, Rodovia PB-057, Km 02 -CEP: 58200-000.<br>Guarabira – PB<br>Telefone: (83) 98131-4644   |
| 155893 | IFPB - CAMPUS ESPERANÇA       | Rodovia PB 121, S/N, Estrada para o município de Areial. CEP: 58.135-000 - Esperança-PB.<br>Telefone: (83) 99994 6163.  |
| 155894 | IFPB - CAMPUS ITABAIANA       | Rodovia PB-054, Km 17, S/N, Alto Alegre.<br>CEP: 58.360-000 - Itabaiana-PB.<br>Telefone: (83) 9.9116-6632.  |
| 158472 | IFPB - CAMPUS MONTEIRO        | Acesso Rodovia PB-264, S/N, Vila Santa Maria.<br>CEP: 58.500-000 – Monteiro-PB.<br>Telefone: (83) 3351-3708.  |
| 158473 | IFPB - CAMPUS PICUÍ           | Acesso à Rodovia PB 151, S/N, Cenecista.<br>CEP: 58.187-000 – Picuí-PB.<br>Telefone: (83) 3371-2555 / 2727 / 9.9637-3068.   |
| 158471 | IFPB - CAMPUS PRINCESA ISABEL | Acesso Rodovia PB 426, Sítio Barro Vermelho, S/N, Zona Rural. CEP: 58.755-000 - Princesa Isabel-PB<br>Telefone: (83) 9.9112-3273 / 9.9192-0331.   |
| 158279 | IFPB - CAMPUS SOUSA           | Av. Pedro Antunes de Oliveira, S/N, São Gonçalo -<br>CEP: 58.814-000 - Sousa – PB.<br>Telefone: (83) 3556-1272.   |



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**  
**Pró-Reitoria de Administração e Finanças**

|               |                                      |   |
|---------------|--------------------------------------|---|
| <b>155895</b> | <b>IFPB - CAMPUS CATOLÉ DO ROCHA</b> | Rua Cícero Pereira de Lima, 227, Bairro João Pereira de Lima - CEP: 58.884-000 - Catolé do Rocha/PB.<br>Telefone: (83) 99116-4749 |
| <b>156690</b> | <b>IFPB - CAMPUS SANTA LUZIA</b>     | Av. Professora Dorinha Eugênio, Cidade Universitária - CEP 58600-000 - Santa Luzia - PB.<br>Telefone (83) 9 9624-4600.            |

5.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 3 (três) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.7. A embalagem deverá vir com rótulo atualizado e aprovado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que identifique as características e propriedades físico-químicas do produto, composição química, classificação, fonte de origem, estabelecimento e contenha informações sobre o registro no órgão de fiscalização federal competente e demais elementos que identifiquem a qualidade do produto.

5.8. O produto deverá ter sua qualidade certificada por meio de laudo de laboratório autorizado, devendo o documento ser apresentado para comprovação junto à proposta.

5.9. Os vasilhames plásticos deverão ser certificados por instituto técnico reconhecido (nos termos do § 2º do artigo 2º da portaria nº 387/2008 e as alterações contidas na Portaria nº 358/2009 e Portaria nº 128/2011 do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM), com capacidade de 20 litros, devidamente rotulados e com 3 anos de validade. Deverão conter informações sobre o número do lote, a data de industrialização e data de validade do produto, ser de material atóxico, próprio para o acondicionamento de



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças  
água mineral, resistente, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados.

- 5.10. Os veículos destinados ao transporte da água mineral deverão ser exclusivos para essa atividade, ficando proibido o transporte de substâncias químicas, inseticidas, praguicidas, saneantes, domissanitários ou qualquer tipo de produto ou substâncias estranhas que possam comprometer ou contaminar a qualidade da água.
- 5.11. A apresentação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-E) deverá ocorrer a cada fornecimento, com o objetivo de conferência do quantitativo por parte do responsável pelo recebimento.

## 6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

7.1.1.1. Omissis<sup>4</sup>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba**  
**Pró-Reitoria de Administração e Finanças**

- 7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);
- 7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

---

<sup>4</sup> A natureza do objeto pretendido não é compatível com a necessidade de apresentação de manual do usuário, motivo pelo qual o presente item foi suprimido.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei n.º 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
  - 10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n.º 8.666, de 1993.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## 11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei n.º 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba

Pró-Reitoria de Administração e Finanças

disposto no art. 29, da Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

## 12. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

12.1. *Omissis*<sup>5</sup>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

### **13. DO REAJUSTE**

13.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

---

<sup>5</sup> No caso em tela, a presente contratação não adotará às disposições quanto ao pagamento antecipado previsto no art. 1º, II da Medida Provisória n.º 961, de 6 de maio de 2020.

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. Primeiro, não há complexidade e vultuosidade na presente licitação, não comprometendo o cumprimento das obrigações;

14.1.2. Segundo, à onerosidade em torno da própria exigência de garantia, como regra, representa um valor que seria agregado às propostas dos licitantes, o que equivale dizer que os custos dessa exigência seriam repassados à própria Administração contratante. Portanto, essa exigência vai de encontro à economicidade da contratação.





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças  
14.1.3. Terceiro, a exigência da garantia, por conta desses fatores, pode representar diminuição do universo de interessados e ao caráter competitivo do certame.

## **15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.**

### **15.1 *Omissis***<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Não haverá exigência de garantia contratual da execução, motivo pelo qual o presente item foi suprimido.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

## 16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n.º 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução **total ou parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 16.2.2. multa moratória de **0,33% (trinta e três décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;
- 16.2.3. multa compensatória de **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 16.2.4. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 16.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 16.2.6. impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
  - 16.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.
- 16.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

16.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.5, 16.2.6 e 16.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784, de 1999.

16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **75 (setenta e cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba  
Pró-Reitoria de Administração e Finanças

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**17. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

17.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 361.171,82 (trezentos e sessenta e um mil, cento e setenta e um reais e oitenta e dois centavos).**

João Pessoa - PB, 06 de dezembro de 2020.

**MARCOS ANTONIO MARQUES**  
Diretoria de Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais